



INFÂNCIA EM RISCO:

Crianças exploradas na venda ambulante enfrentam jornadas longas, fome e violações dos seus direitos em Maputo



11 a 13

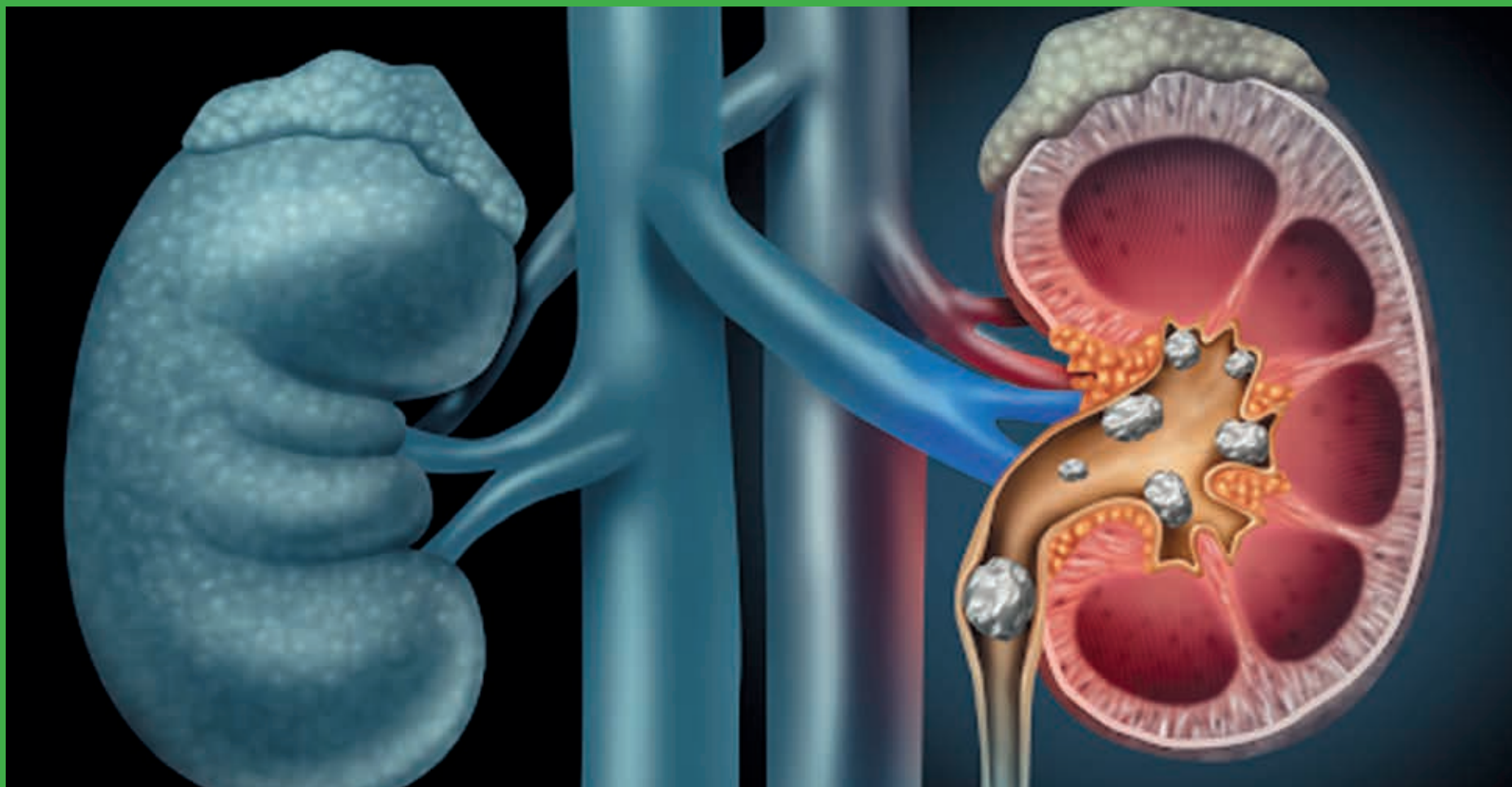
ESCONDIDAS NAS ESQUINAS DAS
MAIORES AVENIDAS:

Crianças desfavorecidas nas ruas de Maputo expostas ao estigma e preconceito



INSUFICIÊNCIA RENAL:

Uma condição que pode ser fatal



Insuficiência renal é a condição na qual os rins perdem a capacidade de efetuar suas funções básicas. A insuficiência renal pode ser aguda (IRA), quando ocorre súbita e rápida perda da função renal, ou crônica (IRC), quando esta perda é lenta, progressiva e irreversível.

Além de eliminar resíduos e líquidos do organismo, os rins executam outras funções importantes:

- regulam a água do organismo e outros elementos químicos do sangue como o sódio, o potássio, o fósforo e o cálcio;
- eliminam medicamentos e toxinas introduzidos no organismo;
- liberam hormônios no sangue.

Esses hormônios:

- regulam a pressão sanguínea;
- fabricam células vermelhas do sangue;
- fortalecem os ossos.

Insuficiência renal crônica: ocorre a perda parcial da função renal, de forma lenta, progressiva e irreversível;

Insuficiência renal crônica terminal: perda da função renal maior do que 85 a 90%, que leva ao aumento de toxinas e água no organismo mais do que ele consegue suportar, sendo necessário, então, iniciar um tratamento que substitua a função dos rins.

Sintomas: a maioria das

pessoas não apresenta sintomas graves até que a insuficiência renal esteja avançada. Porém, o paciente pode observar que:

- sente-se mais cansado e com menos energia;
- tem dificuldades para se concentrar;
- está com o apetite reduzido;
- sente dificuldade para dormir;
- sente câibras à noite;
- está com os pés e tornozelos inchados;
- apresenta inchaço ao redor dos olhos, especialmente pela manhã;
- está com a pele seca e irritada;
- urina com mais frequência, especialmente à noite.

Tratamento conservador: é o tratamento realizado por meio de orientações importantes, medicamentos e dieta, visando conservar a função dos rins que já têm perda crônica e irreversível, tentando evitar, o máximo possível, o início da diálise – tratamento realizado para substituir algumas das funções dos rins, ou seja, retirar as toxinas e o excesso de água e sais minerais do organismo.

Transplante renal: é a forma de tratamento em que, por meio de uma cirurgia, o paciente recebe um rim de um doador (vivo ou cadáver). Neste tratamento o paciente tem que fazer uso de medicações que inibem a reação do organismo contra organismos estranhos,

neste caso, o rim de outra pessoa, para evitar a rejeição do “novo rim”. Necessita de acompanhamento médico contínuo.

Tipos de diálise:

Hemodiálise: diálise realizada por meio da filtração do sangue. O sangue é retirado pouco a pouco do organismo através de uma agulha especial para punção de fístula arteriovenosa* ou cateter (tubo) localizado numa veia central do pescoço, bombeado por uma máquina e passa por um filtro onde vão ser retiradas as toxinas e a água que estão em excesso no organismo. Depois de “limpo”, o sangue volta para o corpo através da fístula ou do cateter. A hemodiálise é realizada em clínicas especializadas, no mínimo 3 vezes por semana e tem uma duração de aproximadamente 3-4 horas.

Diálise peritoneal: diálise realizada através de uma membrana (fina camada de tecido) chamada peritônio. O peritônio está localizado dentro da barriga e reveste todos os órgãos dentro dela. Ele deixa passar, através de seus pequenos furos, as toxinas e a água que estão em excesso no organismo. A diálise peritoneal é feita com a colocação de um líquido extremamente limpo dentro da barriga através de um cateter. O líquido deve permanecer dentro da barriga por um período determinado pelo médico e, quando

ele for retirado, vai trazer junto com ele as toxinas e o excesso de água e sais minerais. Esta diálise é feita em casa, após o treinamento do paciente e de seus familiares.

*Fístula arteriovenosa: ligação entre uma pequena artéria e uma pequena veia, com a intenção de tornar a veia mais grossa e resistente, para que as punções com as agulhas de hemodiálise possam ocorrer sem complicações. A cirurgia é feita por um cirurgião vascular e com anestesia local.

Prevenção:

- fazer exames periódicos com acompanhamento médico;
- seguir o tratamento prescrito para diabetes e/ou pressão alta;
- perder excesso de peso seguindo uma dieta saudável e um programa de exercícios periódicos;
- parar de fumar, se for fumante;
- evitar o uso de grandes quantidades de analgésicos vendidos sem receita;
- fazer mudanças na dieta, como reduzir o sal e a proteína;
- limitar a ingestão de bebidas alcoólicas.

Fontes:

Sociedade Beneficente Israelita Albert Einstein
Sociedade Brasileira de Nefrologia



MIIRACELL

- 🍷 Rejuvenesce células envelhecidas
- 🍷 Replica células boas
- 🍷 Restaura células doentes
- 🍷 Substitui as células mortas
- 🍷 Repara células danificadas
- 🍷 Limpa o sangue e traz o corpo à funcionalidade normal

É bom para as seguintes condições ou problemas de saúde

Diabetes, úlceras, acidente vascular cerebral, epilepsia, fígado, pressão arterial, insuficiência renal, lesão cerebral, câncer, problema dentário, asma, problema de pele, dor nas articulações, gástrica, doença cardíaca, eczema, síndrome de down, ácido úrico, problema ocular, esclerose múltipla, artrite, mioma, reumatismo, dor nas costas, lesão no código espinhal, infertilidade, problemas de próstata, etc.

Não têm efeitos secundários, não cria overdose é **100**

BENEFÍCIOS DO MIIRA-COFFEE

1. Fortalece o sistema imunológico do corpo.
2. Ajuda a fornecer energia
3. Aumenta o impulso sexual nos homens
4. Ajuda a controlar o açúcar no sangue
5. Ajuda a melhorar o sistema digestivo
6. Ajuda a diminuir o nível de colesterol no corpo
7. Ajuda a controlar o peso
8. Ajuda no processo de crescimento do cabelo.
9. Ajuda com o processo anti-câncer e anti-inflamação.

TAMBÉM PODE TORNAR-SE NUM MEMBRO DA REVOOBIT E AJUDAR A SALVAR VIDAS. PARA COMPRA DOS SUPLEMENTOS, CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E CRITÉRIOS DE MEMBRASIA, O CONTACTO É: **833550562**



Por: *Patrício Cristóvão Raja*

Gostaria reflectindo:

Retrospectivando a Unidade Nacional

O início

Ao novo contexto. Depois do lançamento da Tocha da Unidade a (07) de Abril de 2025 na sede do distrito de Nangade, em Cabo Delgado.

Viveu-se um enredo de ruídos. Entre o norte, o centro e o sul. Já não se reconheciam, se ser do norte e centro era ser moçambicano ou somente ser do Sul era ter legitimidade da nacionalidade. Pois, é de lá onde tudo podia vir, sair e voltar a ser. Saíam as grandes e quase todas ondas e ventos apocalípticos, para todo o território triadicamente concebido. E assim se vivia, no leito branco do rio moçambicano. Na esteira mista do colchão, até o africano. Era assim que se concebiam suas comunidades. Num emaranhado de informação sobre culturas, vivências, usos e costumes, até sem cultura. Daqui, acolá e sobre o além. Falavam deles para os outros e dos outros para com eles. Como eles eram, e como deveriam ser, estar e agir com outras. Pois entre eles, era o intermediário. Intermediário com a centésima

parte da sua boroa territorial – pois intermediários eram os próprios e os próprios, far-se-iam hóspedes dos próprios hóspedes em suas terras alheias. Essa era a melhor maneira de dividir a boroa no seu ápice. Fomentando mitos irreais, uns contra outros sobre si mesmos. E deixavam-se eles, tudo tão bonitos quanto das belas águas que banham nas terras que os intermediários terão renomeado à província ultramarina.

No seu seio reinava vontades alheias. Enraizadas em terras pródidas de não serem provindas por eles, pois é. Eram intermediários de entre eles. Se impondo contra seus anseios. Anseios vividos desolados de outros. Cada um no seu canto e no meio o leito branco de moçambique. Leito de manto manso nas entranhas da boroa servida

aos seus. Boroa servida aos intermediários na imensidão do desconhecimento da causa. Uma causa, não mais conhecida pelos próprios das terras por onde se encontravam. Era noite ainda quando isso aceitaram suas entranhas sem ter medidos suas consequências. Entre eles, buscavam delas apenas ventos apocalípticos do seu tempo. E cada uma buscava para sua aldeia a única boroa servida, até insuficiente para sua família.

Somente eles faziam e outros deveriam comer. Era a forma encontrada para dividir a boroa territorial e manter suas raízes. Intermediando. Para entre eles ficarem os ventos regionais e nunca se encontrarem, por fúria e desdenhar suas vivências, seus costumes, suas línguas e terras nojentas para gente como eles que muito sabiam como se vive numa capital. Como se vive uma civilização, como se come um pão. Um pão servido pelos intermediários deixando o seu!

De longe se ouvia sobre eles, como eles vivem e como viviam. Mas nunca sabiam como eram sãos, nas suas melhores formas! Apenas se ouviam futilidades sobre uns e outros em suas tribos, e não amabilidades. Pois era isso que o intermediário procurava. Deixar maldizeres para alcançar seus objectivos – dividir para reinar. Anos foram se contando. Séculos foram-se somando. A boroa já não é a mesma, mas entre eles vão se vendo mais longe. Pois de perto não se vê irmãos, de perto se vê a escuridão. A escuridão se ouve dizer sobre ela, uma futilidade. Somente a brancura e a civilização é que era pura. Não mais a escuridão. Das escuras se ouvem escombros de seus ancestrais. Não mais de seus costumes, não mais dos seus irmãos. Dos irmãos ficaram maldizeres.

Ai ficou! Será que não há pessoas! Será que não há formalidades, não há familiaridade ou não há mais honestidade! A consciência chama. A irmandade clama. Clama por uma boroa inteira não mais de brancura. Clama por moçambicanidade, não mais portugalidade. Chama para a pátria, não mais uma colonia. Clama por laços de verdade não mais de falsidade! As nuvens se preparam para uma enxurrada, a tempestade busca sua essência. Eleva sua clarividência no seu seio. E entre eles estão os intermediários. De um lado se vê nebulosidade e do outro se sente o trovejar e relampejar das suas linhas de brancura. Já é manhã, as nuvens tornam-se cada vez mais escuras, e seus intermediários, agitam a ventania das suas linhas, buscando defender sua existência. De longe se ouvem os gritos de socorro. Mas entre eles, mesmo assim, reside uma ponte. Ponte tão longínqua, onde entre suas distancias reinam desconfianças uns aos outros.

Mas isso! Não. Nunca pode ser sinónimo de suas vidas. Centro não é norte, o Norte e Centro nunca foi Sul. Assim sempre se viveu, mesmo assim, no mesmo espaço. No seu seio, intermediário reinam. Falavam daqueles, destes e dos outros desdenhando (se) uns para com os outros. Não para irmandade e fraternidade. Enquanto isso, a irmandade ainda prevalece. Pois, eles são. Mesmo assim, continuam. De um mesmo espaço, de um mesmo tecto-solo. A boroa se divide! Mesmo que desigualmente, mas eles o são. Pois é, incondicionalmente. E não se devia pensar em distinção! Pois uns são como são por assim dizer, num mesmo instante. Na mesma característica. Mesmo assim concebido!

Crianças desfavorecidas nas ruas de Maputo expostas ao estigma e ao preconceito

TEXTO: **CUSTÓDIO AGY**



IMAGEM/Dilema de crianças acompanhantes de mendigos - Jornal Domingo

Nas ruas movimentadas da cidade de Maputo, onde o tráfego e a pressa ofuscam as histórias humanas, o brilho de muitas infâncias perde-se entre a indiferença e o abandono. Entre os passeios e terminais rodoviários, caminham pequenos corpos com grandes sonhos interrompidos — futuros pilotos, médicos, camionistas — perdidos pela marginalização social.

Com base num estudo empírico realizado com crianças em situação de rua, esta investigação propõe-se a analisar as causas que levam menores a viver nas ruas, com foco especial no estigma e preconceito a que estão expostos. A pesquisa incidiu sobre três pontos de grande fluxo urbano e onde se observa a presença regular destas crianças: o “Ponto Final”, a Avenida Guerra Popular e o Terminal Rodovi-

ário do Museu, todos localizados na cidade de Maputo.

A abordagem metodológica adoptada foi de carácter hipotético-dedutivo, com suporte teórico na literatura sobre estigma e preconceito. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observações directas no terreno, trabalhando-se com uma amostra não probabilística por acessibilidade composta por 15 crianças em situação de rua.

ESTIGMA: O INVISÍVEL QUE MARGINALIZA

Os resultados do estudo sugerem que o estigma social a que estas crianças estão sujeitas contribui de forma significativa para a sua permanência nas ruas. A sociedade tende a classificá-las como perigosas, indesejadas ou propensas ao crime, o que as impede de estabelecer vínculos sociais e familiares estáveis.

Esta rejeição manifesta-se em diversos contextos: nas famílias de origem, entre vizinhos, na escola e no contacto com adultos, o que limita a possibilidade de reconstruírem suas identidades sociais. São tratadas com desconfiança, descrença e, muitas vezes, com medo. Tal percepção, sustentada por representações negativas, impede a reintegração dessas crianças, gerando um ciclo contínuo de exclusão.

FUGA DO ESTIGMA, ABRIGO NA RUA

Apesar das adversidades, as crianças de rua não estão necessariamente isoladas. A rua, paradoxalmente, transforma-se num espaço onde encontram estratégias para lidar com o estigma:

- Estão entre seus iguais, com os quais constroem laços de solidarie-

dade e reconhecimento;

- Encontram em pequenos grupos a irmandade e afecto negados noutros espaços;

- Criam formas próprias de organização e defesa, longe dos olhares discriminatórios da sociedade formal.

Neste ambiente marginalizado, muitas crianças preferem o convívio na rua à reintegração em lares onde continuam a ser estigmatizadas. A rua surge como um espaço de sobrevivência emocional, onde podem gerir com mais autonomia o preconceito a que estão sujeitas.

CONCLUSÃO: ESTIGMAS QUE PERPETUAM O FENÓMENO

A permanência das crianças nas ruas de Maputo não pode ser analisada apenas sob o prisma económico ou familiar. O preconceito enraizado nos discursos sociais, institucionais e comunitários contribui decisivamente para a manutenção deste fenómeno.

Este estudo alerta para a urgência de políticas públicas que, para além da assistência social, promovam mudanças culturais e educativas em torno da percepção da criança em situação de rua. A superação do estigma deve estar no centro de qualquer estratégia séria de reintegração e protecção dos direitos da criança.

NOTA DO AUTOR:

Este trabalho faz parte de uma monografia académica sobre crianças em situação de rua em Maputo e o impacto do estigma na sua permanência nos espaços públicos urbanos.

“A culpa é da mãe”: a psicanálise das responsabilidades forjadas na mulher moçambicana

Por Agostinho Muchave



“As mães precisam entender que não têm o poder de salvar ninguém. Elas não são Deus. São apenas mães.”

— Elizabeth Monteiro, em *A Culpa é da Mãe*

Há um lugar silencioso e pesado dentro de muitas casas moçambicanas onde a culpa dorme com as mulheres. Um espaço onde os gritos abafados da obrigação se transformam em rotina. Um lugar onde o erro dos filhos, o fracasso escolar, o des-

vio comportamental, o gesto mal educado ou o vício em álcool são todos colocados no colo de uma única pessoa: a mãe.

É nesse colo sobrecarregado que a psicóloga brasileira Elizabeth Monteiro mergulha em *A Culpa é da Mãe*, um livro que, embora escrito noutra latitude, encontra eco comovente em sociedades como a moçambicana — onde a mulher é forçada, desde tenra idade, a vestir a indumentária da abnegação e da culpa.

A obra, ao mesmo tempo íntima e terapêutica, é um chamado à consciência sobre o desequilíbrio psicológico e social que a imposição patriarcal causa na maternidade. Com sensibilidade, Monteiro mostra como mães são condicionadas por uma cultura que exige perfeição, mesmo quando esta perfeição é inatingível. E em Moçambique, esta exigência é quase um mandamento ancestral.

HERANÇA DE UM

FARDO COLECTIVO

Nas famílias moçambicanas, a mulher é iniciada à vida adulta com um ensinamento tácito: “serás mãe, e serás tudo”. Ela é o ventre, a cuidadora, a educadora, a mantenedora da moral e da boa conduta. Quando o filho erra, pergunta-se pela mãe. Quando o filho mata, rouba ou se embriaga, diz-se que a mãe “não soube criar”. É como se o pai — quando existe — fosse mero espectador de uma peça onde só a mulher actua.



Quando o pai abandona, ela é forçada a remendar sozinha as ausências, os traumas, a mesa vazia e o uniforme escolar rasgado.

“As mulheres precisam entender que não há maternidade perfeita. A ideia de que a mãe deve ser super-heróina é destrutiva”, escreve Monteiro.

Esta “destruição silenciosa” é visível. Está no rosto das mulheres que acordam às quatro da manhã para ir ao mercado com uma criança às costas e outra pela mão. Está na mulher que leva o filho à esquadra após descobrir que ele roubou — para depois ser acusada de “não saber educar”. Está na mulher que chora no posto de saúde porque não tem 5 meticais para o paracetamol.

O MACHISMO QUE FALA EM VOZES FEMININAS

É irónico — e cruel — constatar que o machismo se perpetua muitas vezes pela voz das próprias mulheres. A obra de Monteiro é incisiva nesse ponto. Ela denuncia as “mães que repetem padrões” e criam filhos machistas e filhas culpadas. Um fenómeno que encontra expressão perfeita na nossa realidade: meninas ensinadas a cozinhar e limpar desde os 8 anos, enquanto os irmãos brincam no quintal.

Elizabeth Monteiro não poupa:

“O que adoce muitas mulheres é o peso da culpa. Elas vivem num sofrimento constante por não conseguirem atender às expectativas irreais da sociedade e de si mesmas.”

Em Moçambique, mesmo as mães que criam os filhos sozinhas não têm o direito ao erro. São vigiadas,

julgadas, e muitas vezes condenadas por outras mulheres que, por força de uma cultura profundamente machista, tornaram-se perpetuadoras da mesma opressão. As tias, sogras, vizinhas, líderes religiosas — todas, em algum momento, repetem o coro: “essa mãe não educou bem”.

A MATERNIDA-

DE COMO CÁRCERE EMOCIONAL

Monteiro insiste: a maternidade não pode ser um cárcere emocional. No entanto, em muitos lares moçambicanos, ela é. A mulher é ensinada a calar, a sacrificar, a suportar tudo “pelos filhos”. É ela quem deixa os estudos, o emprego, os sonhos — sempre pela família. Quando um casamento falha, a culpa recai sobre ela.



“Somos filhos de mães cansadas, que repetiram o que lhes foi ensinado: que mulher deve cuidar, calar e se anular.”

A autora desafia este ciclo, propondo uma psicologia que busca o equilíbrio social e emocional, não a culpabilização. E isso implica desconstruir o papel da mãe mártir, abrir espaço para a corresponsabilidade paternal e sobretudo educar uma nova geração que veja mulheres como seres humanos — e não como servas ou máquinas afectivas multifunções.

DA MATERNIDADE POSSÍVEL À EDUCAÇÃO PARTILHADA

Se a sociedade moçambicana quiser transformar-se, precisa de fazer as pazes com o conceito de maternidade possível. Isso significa aceitar que a mãe tem direito a errar, a descansar, a não saber tudo, a dizer “não posso”. Significa colocar os pais na linha de frente da educação, não como ajudantes, mas como co-responsáveis.

Monteiro lembra:

“Ser mãe não é viver em função dos filhos. É ser referência, mas também limite. É amar, mas também saber dizer ‘não’. É cuidar, mas sem anular-se.”

E talvez este seja o maior desafio para as

mulheres moçambicanas: reaprender-se como sujeito e não só como instrumento. Reivindicar o direito de ser mulher, antes e para além da maternidade. Resgatar a própria identidade, esvaziada pelas obrigações culturais e religiosas que impõem a mulher como a única pilar da família.

UM NOVO OLHAR

A culpa, essa sombra que acompanha tantas mães, precisa de ser tratada com a delicadeza de um problema psicológico e não com a brutalidade dos julgamentos sociais. Como bem disse Elizabeth Monteiro:

“Libertar-se da culpa é um acto revolucionário.”

E em Moçambique, esta revolução começa por ouvir as mães, aliviar-lhes o fardo, e educar os filhos e filhas com equidade emocional. A obra *A Culpa é da Mãe* é mais do que uma reflexão pessoal — é um manifesto contra uma sociedade que ainda vê na mulher a única guardiã da moral, da educação e do futuro.

Porque ser mãe não é carregar o mundo nos ombros — é, antes, caminhar com ele de mãos dadas, partilhando os pesos, os medos e, sobretudo, as possibilidades de um futuro onde a culpa não seja herança.

HÁ



SEMANAS COMBATENDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A RAPARIGA EM MOÇAMBIQUE.

INFÂNCIA EM RISCO

Crianças exploradas na venda ambulante enfrentam jornadas longas, fome e violações dos seus direitos em Maputo

TEXTO: **SANDRA VILANCULOS**



IMAGEM/ Moçambique: Crianças na rua e infâncias perdidas em Tete – DW – 01/06/2023

Na cidade de Maputo, crianças envolvidas na venda ambulante de alimentos trabalham em condições prejudiciais à sua saúde, educação, desenvolvimento físico, mental e social. Este fenómeno resulta da não observância da Lei do Trabalho no acto

de contratação, bem como das modalidades adaptadas pelos empregadores que trabalham com crianças.

Só para se ter uma ideia, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, cerca de 5 mil menores, em 2024, trabalharam

mais de 12 horas por dia.

Quem faz parte dessa estatística é António, de 16 anos de idade, natural da província de Gaza, distrito de Chibuto. Começou a trabalhar como vendedor ambulante de chamuças aos 13 anos de idade, quando fre-

quentava a 6.ª classe. Ainda de madrugada, na companhia de colegas de trabalho, acorda para ajudar a patroa a fritar as chamuças que são vendidas em diferentes pontos da cidade de Maputo.

“Começamos a fritar as chamuças às 3 horas da ma-

nhã com a patroa. Depois, às 5 horas, vamos para a cidade vender. Volto para casa às 19 horas, mas nos dias em que não consigo acabar as chamuças durante o dia, saio da Baixa até Magoanine a pé, para vender o máximo de chamuças possível. Então, nesses dias, chego às 22 horas.”

E por que faz todo esse esforço?

“Porque as chamuças que restam, a minha patroa diz que são minhas, e desconta no meu salário.”

Para evitar descontos salariais, António chega a caminhar mais de 12 horas por dia, carregando na mão ou nas costas uma tigela com 240 chamuças e alguns pães. Contudo, nem sempre esse esforço vale a pena.

“É difícil acabar com as chamuças todos os dias, mesmo me esforçando para tal. Por isso, na maioria dos meses, o meu salário é descontado” — disse o menor.

Para além das longas horas de trabalho, António, durante o período laboral, não tem uma alimentação condigna. Até às 13 horas, hora em que foi interpelado, ainda não tinha comido, e a expectativa era de co-

mer por volta das 14 horas.

“Ainda não comi porque a minha patroa dá, a cada um de nós, 30 meticais por dia para comer e beber. Então, se eu comer cedo, a fome vai ser pior.”

E o que compra para comer?

“Geralmente, compro pão com badjia e uma garafinha de água de 5 meticais” — contou o rapaz.

Por outro lado, Afonso, de 16 anos de idade, natural de Gaza, deixou a escola em 2023 porque precisava de ajudar a mãe com as despesas domésticas.

“Deixei de estudar na 6.ª classe, quando tinha 14 anos, porque precisava ajudar a minha mãe com as despesas lá em casa” — contou o menor.

Para tal, veio à capital do país, no bairro de Albasine, onde conseguiu um trabalho como empregado doméstico. No entanto, afirmou que era um trabalho muito complicado.

“Eu não tinha tempo para sentar, vivia cansado. Só podia sentar se a patroa não estivesse, e só dormia quando os patrões fossem à cama. Para piorar, insulta-

vam-me, batiam-me, às vezes demoravam a pagar-me, e em caso de não cumprimento de uma actividade, não tinha direito a comer” — desabafou o menor.

Por essas razões, disse que se viu obrigado a abandonar aquele emprego e buscar outras soluções para ajudar a mãe.

“No início do ano passado, fugi da casa onde trabalhava e comecei a trabalhar como vendedor ambulante de frutas” — disse o interlocutor.

Actualmente, Afonso vive num quarto arrendado pelo patrão, no bairro de Mafalala, com mais dois colegas e recebe 3 mil meticais. No entanto, tal como o outro trabalho, o seu começa muito cedo e termina tarde.

“Começo fazendo compras a grosso de frutas no mercado Fajardo, pelas 6 horas. De seguida, arrumo-as na carrinha de mão. E depois é só circular pela cidade a vender a retalho. Faço esse exercício até às 19 horas” — explicou Afonso.

Afonso afirma que a troca de trabalho não melhorou as suas condições laborais:

“Não posso dizer que o

trabalho aqui é fácil, porque tenho que empurrar essa carrinha durante todo o dia. E, nos dias de calor intenso, o ferro da carrinha aquece e queima-me as mãos.”

Outro personagem encontrado na Av. Guerra Popular, cidade de Maputo, chama-se Tony Rodrigues, de 16 anos, natural da província de Inhambane. Começou a trabalhar como vendedor ambulante de bolinhos no final do ano passado e vive num quarto arrendado pela patroa, com mais cinco colegas, no bairro Patrice Lumumba.

Apesar de trabalhar na área há pouco tempo, já começou a sentir o gosto amargo desse trabalho, pois afirma que, desde que começou a exercer, nunca recebeu os 2.500 meticais que a patroa prometeu no início do contrato.

“Desde que comecei a trabalhar, ainda não recebi. Quando pergunto sobre o salário, a minha patroa zanga-se e diz que usou o dinheiro para pagar a renda do quarto onde durmo com os meus colegas. Outra parte, diz que comprou comida para nós.”

Ainda sobre o horário de trabalho, foram encontradas crianças que trabalham como vendedoras ambulantes na calada da noite.

É o caso de Martins Zunguza (nome fictício), natural da província de Gaza. Começa a sua rotina de trabalho às 16 horas e termina no dia seguinte. Na busca do seu sustento e dos seus provedores, silencia o medo de criança e enfrenta as ruas como homem de família.

“Tenho medo de trabalhar de noite, porque essa hora tem muitos marginais na rua. Mas não tenho opção, tenho necessidades e a minha família também precisa desse dinheiro para sobreviver. Então, tenho que ignorar o meu medo e agir como homem.”

Martins contou que outro desafio em trabalhar à noite é que pessoas de má-fé aproveitam-se da sua aparência frágil para darem golpes.

“É normal uma pessoa levar bolachas ou mesmo chips e não me pagar. Depois, diz que não tem dinheiro. E, para piorar, quando isso acontece, o patrão não



IMAGEM/MOÇAMBIQUE: MAIS DE DOIS MILHÕES DE CRIANÇAS ENVOLVIDAS EM TRABALHO INFANTIL | E-GLOBAL



IMAGEM/TRABALHO INFANTIL COLOCA EM CAUSA SAÚDE DE CRIANÇAS - O PAÍS

entende e desconta do meu salário” — lamentou o rapaz.

Esses menores são apenas exemplos de todas as crianças que trabalham como vendedoras ambulantes nas ruas da cidade de Maputo, em condições desfavoráveis ao seu desenvolvimento físico-motor, psico-social e cognitivo.

Para pôr fim a esta situação, o Governo de Moçambique ratificou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) n.º 138, sobre idade mínima para o trabalho infantil, que resultou na aprovação da Lei 23/2007 — um instrumento que declarava 15 anos como idade mínima para o trabalho.

Contudo, percebeu-se que várias crianças viam os seus direitos violados. Então, a lei foi revista, resultando na aprovação da Lei 13/2023, de 25 de Agosto, que declara, no seu artigo 29, que: “a idade mínima de admissão ao trabalho é de 18 anos”.

Moçambique também ratificou a Convenção n.º 182 da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil, que resultou no Decreto 68/2017, de 1 de Dezembro, o qual prevê, no artigo 2, que: “os trabalhos não devem prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, assim como não devem trabalhar durante muitas horas ou à noite”.

De acordo com este instrumento, “as crianças que trabalham como vendedoras ambulantes de alimentos por períodos superiores a 7 horas diárias ou em trabalho noc-

turno estão sujeitas a prática de trabalho considerado perigoso para pessoas menores de 18 anos, pois esse tipo de trabalho tem consequências nefastas no bem-estar das crianças, devido à exposição à violência, calor ou frio intensos, ao álcool e às drogas”.

Segundo Marta Mate, representante do Ministério do Trabalho, Género e Acção Social (MGCAS), a venda ambulante de alimentos por crianças faz parte das piores formas de trabalho infantil, uma vez que expõe os menores ao risco de atropelamento e à exposição a altas e baixas temperaturas.

Marta Mate disse ainda que a preferência em contratar crianças, em detrimento de adultos, deve-se ao facto de serem facilmente manipuláveis:

“Ao contrário dos adultos, as crianças são emocional e fisicamente mais vulneráveis. São fáceis de abusar e manipular. As pessoas que as contratam sabem que elas dificilmente vão reivindicar quando forem maltratadas ou injustiçadas.”

No que diz respeito ao alojamento e alimentação, Mate relatou que, em alguns casos, as crianças vivem em condições deploráveis.

“A pessoa contrata quatro ou mais crianças e coloca-as todas a dormirem num quarto arrendado sem as devidas condições. Para alimentação, compra farinha, óleo, repolho e outros mantimentos, para elas cozinharem por si, sem nenhum

tipo de supervisão. E a pessoa só vai de noite, para levar o dinheiro e deixar o produto para, no dia seguinte, venderem” — contou Mate.

Por sua vez, Valdimir Nomier, chefe do Departamento da Criança em Situação Difícil do MGCAS, afirmou:

“O recrutamento de crianças para trabalharem informalmente é clandestino, onde elas são aliciadas a ingressar no trabalho infantil sem noção de todo o perigo que vão correr.”

Nomier acrescentou ainda:

“Temos crianças que passam o dia inteiro, quase sem dormir ou comer, porque estão a vender ovos, bolinhos, chips e outros produtos, inclusive amendoim. No fim do dia, têm que apresentar as contas. E se falharem, a maioria delas fica sem alimentação ou sofre descontos na sua diária.”

Para agravar o cenário, Valdimir disse ainda que essas crianças nem chegam a ver a cor do dinheiro:

“A maior parte dessas crianças não recebe o seu salário, porque ele é canalizado para os seus pais. O dinheiro não entra directamente para as crianças. Estamos, portanto, perante uma situação de violação dos direitos da criança.”

Para a protecção dessas crianças, Nomier afirmou que, como sector, têm vindo a identificar menores em situação de risco, com vista à sua reintegração familiar.

Segundo Alexandre Xavier Muianga, vereador de Actividades Económicas e Turismo, citado pelo jornal O País, o Município de Maputo tem estado a trabalhar na sensibilização dos pais dessas crianças para não deixarem os seus filhos trabalharem.

Para compreender a motivação dos pais em submeter os filhos ao trabalho infantil, ouvimos dois encarregados de educação.

Marta (nome fictício), de 39 anos, vive na província de Inhambane. É mãe de seis filhos, sendo Tony o segundo. A encarregada assume que os dois filhos tiveram que abandonar a escola ainda em tenra idade porque ela e o marido não têm condições para sustentar a família.

“Vivemos da agricultura, e o que ganhamos não é suficiente para pagar a escola e alimentar os nossos filhos. Preciso que os mais velhos me ajudem a trazer dinheiro para casa, para comprar o que não conseguimos tirar da machamba” — disse.

Quanto às condições de trabalho, a fonte afirma que, para além dos atrasos salariais, o filho não lhe apresentou nenhuma queixa.

Por outro lado, Lúcia Macamo, mãe de Afonso, assumiu que o filho está há bastante tempo a trabalhar em Maputo, porque não tem como mantê-lo na escola.

“O problema começou com o dinheiro das fichas. Não conseguimos comprar, por isso ele acabou deixando a escola e foi a Maputo trabalhar” — disse.

Contámos à mãe sobre a rotina de trabalho do filho, e ela disse que não sabe como as coisas funcionam, mas que, se ele ainda não voltou, é porque tem capacidade de lidar com os desafios impostos pelo trabalho.

“Conheço muitas crianças que estão em Maputo a trabalhar para ajudar a família, tal como o meu filho. Se eles não aguentassem, já teriam voltado. E se o Afonso ainda está lá, é porque também aguenta” — afirmou Lúcia.

A equipa entrou em contacto com os empregadores das crianças entrevistadas, mas não se disponibilizaram a prestar entrevista para falar sobre as condições de trabalho dos menores por eles contratados.

EM MOÇAMBIQUE:

Calçado contrafeito alimenta a poluição ambiental e contribui para mudanças climáticas

TEXTO: **ANTÓNIO LUÍS NDZIMBA**



internacional World Footwear Business revela que cerca de 90% dos aproximadamente sete milhões de pares de calçado disponíveis no mercado moçambicano são contrafeitos. Esses produtos, geralmente produzidos com materiais de fraca qualidade e através de processos ilegais, deterioram-se com facilidade, o que leva ao descarte constante e acelerado por parte dos consumidores. Esse descarte frequente sobrecarrega o ambiente com resíduos de difícil decomposição, tornando-se um problema de saúde ambiental com efeitos duradouros.

Para avaliar o impacto real desses produtos, a nossa equipa realizou uma análise técnica de 60 pares de calçado contrafeito vendidos nos principais mercados da cidade de Maputo. Com o apoio do engenheiro químico Nilton Gomes, foi possível concluir que, ao contrário do calçado pro-

Milhões de pares de calçado contrafeito são produzidos e comercializados anualmente em Moçambique, muitas vezes sem respeitar

padrões mínimos de qualidade, durabilidade ou segurança ambiental. Essa realidade tem implicações profundas não apenas para os direitos do consumidor, mas

também para o meio ambiente, contribuindo de forma significativa para a poluição e para o agravamento das alterações climáticas.

Um estudo publicado pela plataforma

duzido com borracha natural, os exemplares analisados eram constituídos maioritariamente por borracha sintética e polímeros plásticos derivados do PVC – policloreto de vinilo –, um material amplamente reconhecido pela sua toxicidade ambiental.

Segundo Nilton Gomes, “essas substâncias não são resistentes e são altamente prejudiciais ao meio ambiente devido ao desflorestamento que provocam e aos gases nocivos que produzem. Quando descartadas no solo, podem ter efeitos catastróficos”. O engenheiro explicou ainda que o PVC contém cerca de 57% de cloro, misturado com etileno para formar o plástico. Durante o processo de fabrico, são libertadas dioxinas e outros componentes perigosos, que não só poluem o ambiente como também contribuem para a destruição da camada de ozono.

A ambientalista Graça Jonas alerta que os danos vão além da contaminação terrestre. Segundo explicou, muitos dos calçados descartados em meio urbano acabam por chegar aos oceanos, ameaçando directamente o ecossistema marinho. “Estes produtos podem ser confundidos com alimento por diversos organismos, o que pode causar a sua morte ou desencadear cadeias de con-

taminação biológica. Além disso, os processos de produção libertam gases com efeito de estufa, contribuindo para o aquecimento global e a instabilidade climática.”

A fraca durabilidade do calçado contrafeito leva à sua substituição frequente, gerando um padrão de consumo insustentável. Para Nilton Gomes, esse ciclo é um dos principais factores que agravam o problema ambiental. “O consumo constante de produtos de fraca qualidade leva a uma exposição contínua do meio ambiente a resíduos tóxicos. Isso é particularmente problemático num país como Moçambique, onde os sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos ainda são frágeis.”

Procurámos esclarecimentos junto da Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE), entidade com a responsabilidade legal de fiscalizar o comércio e a qualidade dos produtos vendidos no país. No entanto, não obtivemos resposta substancial. “Não temos autorização para falar com a imprensa”, respondeu o chefe do Departamento de Comunicação e Imagem da instituição. A recusa em comentar deixa um vazio preocupante, numa altura em que se exige maior transparência e acção institucional perante a gravidade dos desafios

ambientais que Moçambique enfrenta.

Segundo as Nações Unidas, mais de 2,4 mil milhões de produtos químicos e plásticos são descartados anualmente no mundo, sendo que 40% desse material não é reutilizado, sobretudo nos países em desenvolvimento. Em Moçambique, o cenário é ainda mais delicado, dada a fraca capacidade de recolha e reciclagem.

Para o ambientalista Carlos Serra, o combate ao calçado contrafeito não pode restringir-se à repressão do comércio ilegal. Ele defende que a solução passa por uma abordagem holística, centrada na educação do consumidor. “Não podemos responsabilizar o consumidor por inteiro. No entanto, ele tem um papel fundamental. São produtos mais baratos e acessíveis, e para uma população maioritariamente de baixa renda, isso faz toda a diferença. Mas é necessário sensibilizar os cidadãos para os impactos ambientais das suas escolhas”, disse.

Carlos Serra acrescenta que, para além da consciencialização, é imperativo investir no sector da reciclagem. “Importamos muitos têxteis e calçado em segunda mão que acabam, após o uso, descartados de forma inadequada. A resposta do sistema de gestão de resíduos é insuficiente. Urge

melhorar a capacidade de reciclagem e dar novo uso a esses materiais.” A ambientalista Graça Jonas concorda com essa perspectiva, sublinhando que a reciclagem é uma via promissora na luta contra o colapso ambiental. “Tenho notado cada vez mais pessoas envolvidas na recolha de materiais para reciclagem. É um movimento que deve ser incentivado e estruturado com apoio institucional”, frisou.

Moçambique participou nas últimas cimeiras climáticas realizadas no Dubai e no Azerbaijão, tendo-se comprometido com a implementação de medidas concretas e urgentes em prol do meio ambiente. No entanto, enquanto o discurso ambiental não for acompanhado de acções no terreno, fenómenos como o da comercialização e descarte de calçado contrafeito continuarão a agravar a situação ambiental do país.

O problema, portanto, não é apenas económico nem apenas de saúde pública. É um problema estrutural que requer uma resposta integrada do Estado, da sociedade civil e dos consumidores. A mitigação das mudanças climáticas exige não apenas políticas ambientais, mas também um compromisso colectivo com padrões de produção, comercialização e consumo mais éticos e sustentáveis.

Mónica Mesquita brilha na sua estreia na 2.ª prova do Campeonato Karting CKA 2025 em Maputo

TEXTO: **CUSTÓDIO AGY**



No passado sábado, 17 de Maio, o Kartódromo Internacional Moçambicano do ATCM, na cidade de Maputo, foi palco da segunda prova do Campeonato Karting CKA 2025, um evento que trouxe novas emoções, estreias surpreendentes e momentos de alta velocidade. Entre os destaques da jornada, Mónica Mesquita, jovem piloto da categoria Júnior Max, fez uma estreia marcante, demonstrando talento, determinação e um espírito competitivo promissor.

Mónica, que também celebra o seu aniversário no mês de Maio, assinalou a sua entrada oficial no campeonato com uma actuação sólida ao longo das quatro horas de corrida, num evento que teve a participação de 19 pilotos, divididos em cinco classes: Bambinos, Mini Max, Júnior Max, Seniores Max e DD2.

ESTREIA MARCADA POR CONFIANÇA E TÉCNICA APURADA

Na classe Júnior Max, uma das mais

competitivas da modalidade, Mónica Mesquita completou 24 voltas em 3 horas, mantendo uma prestação consistente e estratégica ao longo da corrida. A jovem piloto destacou-se particularmente nas curvas do circuito, onde demonstrou um controlo técnico e apuramento que surpreendeu até os mais experientes.

A corrida teve como principais adversários de Mónica nomes de peso do karting nacional, como Kayo Cêra, vencedor da primeira prova do campeonato, e Lewis Fernando, que

conquistou o segundo lugar na classificação geral. Ainda assim, Mónica não se deixou intimidar pela experiência dos colegas de pista e soube manter a pressão com firmeza.

SEGUNDO GONÇALVES DIAS, NARRADOR OFICIAL DA PROVA,

“A presença de jovens como a Mónica tem elevado o nível competitivo da classe Júnior Max. A sua concentração, domínio e leitura de corrida foram notáveis, especialmente para uma estreia.”



CRESCE O NÍVEL COMPETITIVO NO KARTING CKA

Esta edição do campeonato regista um crescimento visível no número de participantes e no nível técnico dos pilotos, principalmente nas categorias Mini Max, Júnior Max, Seniores Max e DD2. A organização refere que há um maior investimento em treino técnico e preparação física, o que tem elevado os padrões da competição.

O Campeonato de Karting CKA tem, nos últimos anos, registado um crescimento progressivo na adesão de novos talentos. Esta segunda prova ficou também marcada pelo

regresso de pilotos que não haviam participado na primeira jornada realizada em Fevereiro, criando um ambiente mais competitivo e dinâmico.

UMA ESTREIA QUE PROMETE

Mónica Mesquita foi, sem dúvida, um dos nomes mais falados do fim-de-semana desportivo, sendo

inclusive mencionada por diversos técnicos como uma das revelações da época. A jovem mostrou capacidade para ombrear com nomes consagrados do karting moçambicano, como Lewis Fernando, com quem travou uma disputa renhida pela dianteira em vários momentos da corrida.

“Foi uma prova difícil. Tive que dar o meu máximo para acompanhar o ritmo dos

outros pilotos. Mas senti-me preparada e feliz por estar nesta competição. Quero continuar a melhorar e atingir o pódio nas próximas corridas” — afirmou Mónica no final da prova.

EMOÇÕES QUE SE PROLONGAM

As emoções vividas no ATCM não se esgotam nesta segunda etapa. O campeonato prossegue até Junho, altura em que se prevê o clímax da competição. A organização garante mais surpresas e a presença de novos talentos que irão aquecer ainda mais o asfalto do kartódromo moçambicano.

O público respondeu em peso, com aplausos, vibração e entusiasmo, reforçando o prestígio que o karting tem vindo a ganhar no cenário desportivo nacional. Com jovens como Mónica Mesquita a emergirem no panorama do desporto motorizado, o futuro da modalidade mostra-se promissor e inspirador.

KARTING CKA 2025: EMOÇÃO, VELOCIDADE E JUVENTUDE NO VOLANTE.

As próximas etapas prometem manter a intensidade, com novos duelos e, quem sabe, a consagração de Mónica como uma das grandes figuras da temporada.



A NOSSA LEI

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

Os Estados-Partes na presente Convenção,

Considerando que a Carta das Nações Unidas reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa e na igualdade de direitos do homem e da mulher,

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que toda a pessoa pode invocar todos os direitos e liberdades proclamados nessa Declaração, sem distinção alguma, inclusive de sexo,

Considerando que os Estados-Partes nas Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos têm a obrigação de garantir ao homem e à mulher a igualdade de gozo de todos os direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos,

Observando as convenções internacionais concluídas sob os auspícios das Nações Unidas e dos organismos especializados em favor da igualdade de direi-

tos entre o homem e a mulher,

Observando, ainda, as resoluções, declarações e recomendações aprovadas pelas Nações Unidas e pelas Agências Especializadas para favorecer a igualdade de direitos entre o homem e a mulher.

Preocupados, contudo, com o facto de que, apesar destes diversos instrumentos, a mulher continue sendo objecto de grandes discriminações,

Relembrando que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, económica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade,

Preocupados com o facto de que, em situações de pobreza, a mulher tem um acesso mínimo à alimentação, à saúde, à educa-

ção, à capacitação e às oportunidades de emprego, assim como à satisfação de outras necessidades,

Convencidos que o estabelecimento da Nova Ordem Económica Internacional baseada na equidade e na justiça contribuirá significativamente para a promoção da igualdade entre o homem e a mulher,

Salientando que a eliminação do apartheid, de todas as formas de racismo, discriminação racial, colonialismo, neocolonialismo, agressão, ocupação estrangeira e dominação e interferência nos assuntos internos dos Estados é essencial para o pleno exercício dos direitos do homem e da mulher, Concordaram no seguinte:

PARTE I

Artigo 5º

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para:

a) Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas habituais,

e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres;

b) Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos.

Artigo 6º

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de carácter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher.

[.... A continuar na próxima edição.]

Envie a sua crónica, opinião, artigo científico ou outro tipo de narrativa pelo email: jornalgenerus2020@gmail.com ou WhatsApp: +258 84 440 3759

REGISTO Nº 69/GABINFO/DEPC

Director-geral: Carton Mabote
Directora Editorial:
Chefe da Redacção: Eugénia Rosa Cremildo Arnaldo
Jornalista & Revisor: Evaristo Taimo
Jornalistas: Sandra Vilanculos e Amina Soares
Titos Agostinho - Fotojornalista
Tradução em Inglês: Alberto Israel
Conselheiras: Elisete Mboa & Luísa Francisco Ananias
Designer: Agostinho Muchave
Impressão: 500 **Exemplares**

Endereço: Cidade de Maputo – Moçambique
Avenida Patrice Lumumba, Nº 376

Administração: Helena Fane Mandevo
Publicidade & Marketing:
Revisora: Laurinda Mandlate
Contactos: +258 84 44 03 759 (WhatsApp)
& +258 87 04 03 759
ou jornalgenerus2020@gmail.com
Social: facebook.com/jornalgenerus
WEBSITE: www.jornalgenerus.com

NUIT : **700212025**

